

GASTO PÚBLICO NAS MESORREGIÕES DA BAHIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UM INDICADOR MULTIDIMENSIONAL

Luís Abel da Silva Filho¹
Fládia Valéria Dantas dos Santos²
William Gledson e Silva³
Adriano Olivier de Freitas Silva⁴

RESUMO

A importância do gasto público municipal brasileiro com rubricas de abrangência social é relevante na formação e consolidação das contas públicas das unidades subnacionais. Diante disso, objetiva-se analisar a qualidade do gasto público municipal segundo as mesorregiões do estado da Bahia. Metodologicamente, recorre-se a uma revisão de literatura e, em seguida, constrói-se um indicador de qualidade do gasto público a partir das variáveis selecionadas. Os principais achados mostram que há divergência nos resultados por mesorregião, mostrando haver disparidades referentes à qualidade do gasto público na Bahia, sendo ainda, substanciais, as diferenças encontradas em cada uma das mesorregiões e em cada uma das variáveis observadas. Porém, o valor do índice foi significativamente baixo em todas elas. Destaque-se que a melhor performance foi registrada na Região Metropolitana de Salvador e o menor desempenho ficou no Centro Norte. Com isso, infere-se a melhor qualidade do gasto público, dando-se ênfase às variáveis de respaldo social, notadamente saúde, educação e assistência social.

Palavras-chave: Gasto público municipal; mesorregiões; Bahia.

PUBLIC EXPENDITURE IN THE BAHIA MESORREGIONS: CONSIDERATIONS FROM A MULTIDIMENSIONAL INDICATOR

ABSTRACT

The importance of Brazilian municipal public expenditure with social coverage is relevant in the formation and consolidation of the public accounts of subnational units. Aiming at this, the objective is to analyze the quality of municipal public spending according to the mesoregions of the state of Bahia. Methodologically, a literature review is used, and then an indicator of public expenditure quality is constructed from the selected variables. The main findings show that there is a divergence in the results by mesoregion, showing that there are disparities regarding the quality of public spending in Bahia, and the differences found in each of the mesoregions and in each of the observed variables are also substantial. However, the value of the index was significantly lower in all of them. It should be noted that the best performance was recorded in the Metropolitan Region of Salvador and the lowest performance was in the North Center. As a result, the best quality of public spending is inferred, with emphasis on social support variables, notably health, education and social assistance.

Keywords: Municipal public expenditure; Mesoregions; Bahia.

JEL: HO, H7.

¹ Departamento de Economia - Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: abeleconomia@hotmail.com

² Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: fladiavaleria@hotmail.com

³ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN . E-mail: williangledson@gmail.com

⁴ Universidade Estadual do Piauí - UESPI. E-mail: adrianofs@gmail.com



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A discussão acerca do gasto público no Brasil tomou dimensão acentuada a partir da entronização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e suas ações, na orientação da União, estados e municípios, no que concerne às ações administrativas por essas esferas implementadas. Com isso, a orientação acerca do gasto público encontrou referências institucionais no âmbito das finanças públicas brasileiras, com maior rigor a partir do ano 2000.

O problema das despesas públicas brasileiras alcançou respaldo teórico e empírico nos acontecimentos a elas relacionadas. O gasto excessivo e sua ampliação, sobretudo nas unidades subnacionais do país, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, e seus postulados de descentralização fiscal, permitiram a expansão das ações municipais no âmbito dos dispêndios, conforme recordaram Silva e outros (2012).

Nessas circunstâncias, o campo institucional federativo brasileiro, a rigor, trouxe implicações importantes constitucionalmente; por um lado, houve o alargamento no número de entes subnacionais (fundamentalmente municípios) capazes de ofertar maiores proporções de serviço público; por outro lado, a dependência fiscal e financeira apontou indícios de insustentabilidade econômica e de apoio institucional em torno da Federação, como evidenciado na análise de Gomes e Mac Dowell (2005) e Silva e outros (2012).

Com base nesses pressupostos, coube enfatizar a necessidade de gasto público no país com variáveis fins, como saúde e educação, além de se elevarem despesas com rubricas de impacto acentuadamente elevado na infraestrutura local, a exemplo da urbanização e saneamento, sem, contudo, a consideração dos dispêndios em rubricas como pessoal e administração, em virtude de seu caráter mais localizado e menor impacto no social.

Acrescentou-se a isso, sem dúvida, a adoção do conceito de espaço no contexto econômico, quer dizer, o âmbito espacial admite o estabelecimento de relações entre os vários agentes, cuja delimitação conceitual enfatizada, via de regra, implica na interação entre os entes municipais aqui observados, a partir de elementos evidenciados nos estudos de Carlin e Soskice (2006) e Figueiredo e outros (2012).

Em função do exposto, este artigo teve como objetivo analisar o gasto público *per capita* municipal nas mesorregiões do estado da Bahia (BA), unidade federativa brasileira, na esteira das possibilidades de desenvolvimento econômico. Os pressupostos teóricos orientadores da discussão relativizaram a necessidade de ampliação de gastos nessas variáveis fins e redução de despesas em variáveis como administração e legislativo, já que a própria LRF determinou limites às despesas com tais rubricas, sem se considerar, sua elevação acentuada a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, como observaram Santolin e outros (2009).

A escolha do estado da Bahia deveu-se ao fato de ser ele o de maior dinâmica econômica no Nordeste brasileiro, bem como de contar com o maior número de municípios entre os estados da região. Ademais, como o estado em apreço está situado em uma das regiões mais pobres do país, mesmo sendo o de maior economia da região, é, pois, pertinente um estudo desta natureza para se observar a dinâmica de seus gastos no contexto das rubricas sociais de responsabilidade dos municípios. O ano de 2010 foi referente ao décimo ano de implementação da LRF no Brasil e foi selecionado por tal motivo.

Para atingir o objetivo proposto, as seções do artigo estão distribuídas da seguinte forma: além das considerações iniciais, a seção seguinte abordou os fundamentos teóricos orientadores da análise; na sequência, foram detalhados os procedimentos metodológicos; posteriormente, fez-se a análise dos resultados alcançados no estudo, reservando-se, para o término, as considerações finais e algumas recomendações.

2 GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NO CONTEXTO DA LRF

Um dos principais pontos de discussão na atualidade corresponde à gestão dos gastos públicos, de modo que esse elemento constante nas ações governamentais possa influenciar vários contextos dentro da economia. Assim, torna-se relevante considerar a temática, enfatizando as repercussões possíveis proporcionadas pelos dispêndios efetivados pelos administradores dos governos de uma federação, como é o caso do Brasil.

De fato, o sistema federativo brasileiro, discutido por Silva *et al.* (2012), é constituído pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios, cuja particularidade está relacionada à característica descentralizadora. Ou seja, as unidades da

federação de menor abrangência são significativamente livres no tocante ao poder decisório que lhes é atribuído. Essa “autonomia fiscal” tem como marco regulatório a Constituição Federal de 1988 e tem como instrumento de controle a lei de Responsabilidade Fiscal de 2000.

É nesse ambiente institucional que os gastos públicos se desenvolvem, tendo em vista, na verdade, a necessidade de uma participação mais efetiva do governo mediante a intervenção na economia. A causa disso decorre dos desequilíbrios regionais, isto é, as diferenças entre as regiões tendem a ser uma importante prerrogativa para justificar essa ação governamental, conforme Silva e Sousa (2002) e Santolin e outros (2009).

Estudos como os de Araújo (2006), Hermann (2006), Lopreato (2007) e Silva e outros (2012) mostram a relevância das despesas públicas na dinâmica local. Entes federativos, especialmente aqueles economicamente menores, são reconhecidamente mais dependentes da formulação e implementação de políticas com tal fito, já que o mercado não se apresenta tão desenvolvido. Destarte, nas áreas mais dinâmicas, a participação governamental é indispensável, pois o governo é que estimula a economia com medidas expansionistas, sobretudo no que toca às chamadas políticas sociais, através do investimento em educação, saúde, assistência social, dentre outros.

Ressalte-se que, com exceção da União, as demais unidades federativas do país realizam tão somente políticas fiscais, de modo que essa modalidade possibilita maiores gastos e/ou transferências aos agentes privados, além de uma reduzida tributação como características expansivas, reservando-se, para a política contracionista, o oposto dos efeitos antes mencionados.

Faz-se agora necessário apontar a importância dos gastos públicos nas unidades subnacionais, sobretudo as de menor dinamismo econômico. Ou seja, a presença dessa modalidade de política fiscal é mais comum que a renúncia de tributos, pois esta requer uma discussão de interesses políticos mais contundentes, ao passo que um padrão de gastos mais consistente tende a elevar positivamente a atividade econômica, de acordo com os achados de Araújo (2006) e Hermann (2006).

O estudo de Silva e outros (2012) discute uma distinção entre os dispêndios com investimentos, custeio (geralmente com pessoal) e os gastos sociais. Assim, na

região Sul brasileira, conforme observado pelos autores supracitados, o mais evidente decorre dos pronunciados gastos com custeio, diminuta representatividade nas despesas com investimento, reservando-se aos dispêndios com o social, uma posição intermediária.

Tomando como referência esse resultado empírico, pode-se afirmar que, quão mais direcionados ao social forem os gastos em detrimento daqueles ligados ao custeio da máquina pública com pessoal, tão mais adequados são os dispêndios tendencialmente, uma vez que os investimentos são menos representativos. Entretanto, não se pode negligenciar a relevância das rubricas de despesas com infraestrutura, dentro de um ambiente institucional regido pela LRF.

Um último aspecto decorre dos chamados gastos de natureza social (relativos à educação, à saúde, ao saneamento básico, dentre outros), ou seja, é expressiva sua importância na maioria dos municípios, os quais são incontestavelmente pequenos economicamente, de modo que os dispêndios ligados ao contexto social são neles mais representativos e urgentes.

Afinal, a discussão até então desenvolvida, especialmente, chancela a adoção do conceito de diferenciação regional, o qual admite haver patamares distintos entre as diversas áreas, seja mundialmente, nacionalmente, ou estadualmente, instância tomada para a realização do estudo. Assim, os procedimentos metodológicos seguintes desenham traços essenciais ao esperado nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica aqui desenvolvida, a rigor, refere-se à área de abrangência do estudo, às variáveis selecionadas e ao método utilizado. Além disso, a realização da pesquisa considera as múltiplas dimensões de análise do gasto público municipal, levando-se em consideração as discussões teóricas abordadas acerca de tais aspectos. No que se refere à área, tem-se como recorte geográfico as mesorregiões do estado da Bahia, a saber: Extremo Oeste Baiano, Vale do São Francisco, Metropolitana de Salvador, Sul Baiano, Centro Norte, Nordeste Baiano e Centro Sul Baiano. Destaca-se também que o recorte temporal compreende o ano de 2010.

3.1. Descrição das variáveis

As variáveis selecionadas tomam como embasamento as dimensões de despesas municipais com rubricas estabelecidas para análise. Além disso, a construção do indicador por dimensão busca encontrar o máximo de despesas por cada rubrica e assim constituir o índice de cada variável. Logo, consideram-se as variáveis e as despesas em cada uma das dimensões, da forma que seguinte:

a) Legislativo e Administração: legislativo, planejamento e orçamento, administração geral, administração financeira, administração de receitas, controle interno, comunicação social.

b) Segurança Pública: Policiamento; Defesa Civil; Outras despesas na Função Pública.

c) Assistência Social: Assistência ao Idoso; Assistência ao Deficiente; Assistência à criança; Assistência Comunitária; Outras Despesas na Função de Assistência Social.

d) Saúde: Atenção Básica; Assistência Hospitalar; Suporte Profilático; Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica; Alimentação e Nutrição; Outras Despesas na Função Saúde.

e) Educação: Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Profissional; Ensino Superior; Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Outras Despesas na Função Educação.

f) Urbanismo: Infraestrutura urbana; Serviços Urbanos; Transportes Coletivos urbanos; Outras Despesas na Função de Urbanismo.

g) Saneamento: Saneamento Básico Rural; Saneamento Básico Urbano; Outras despesas na Função de Saneamento.

h) Desporto e Lazer: Desporto e Rendimento; Desporto Comunitário; Lazer; Outras despesas na função desporto e lazer.

Para a construção dos indicadores são utilizados valores *per capita*, já que essa é uma das formas mais adotadas para a comparação de diferentes grandezas. Além disso, como a grande maioria dos municípios recebem recursos de transferência da União para a manutenção das referidas rubricas e esses recursos têm seus repasses instituídos de forma *per capita*, resolveu-se manter essa forma de

análise. Posteriormente, o indicador é construído a partir das informações utilizadas por cada uma das variáveis.

3.2. Método de construção dos índices

Este artigo conta com procedimentos metodológicos pouco explorados na literatura que versa sobre finanças públicas no Brasil. A abordagem qualitativa dos gastos públicos em esferas municipais já foi tratada em alguns estudos, dentre eles, o de Figueiredo (2009). Porém, a construção do indicador de qualidade do gasto público municipal é encontrada em estudos de Silva Filho (2012) e Silva Filho e outros (2013). Com isso, torna-se pertinente aplicar tal método nas mesorregiões do estado da Bahia.

A composição do indicador de qualidade de gasto público municipal segue a orientação de Sepúlveda (2005, 2008), Vele e Silva (2009) e Silva Filho e outros (2009), em estudos acerca do desenvolvimento territorial. O método de construção do índice tem a mesma especificação, sendo diferenciado apenas na construção das variáveis utilizadas. Além de se tratar de variáveis *per capita*, o que permite comparar as diferentes grandezas, o indicador dispõe da padronização delas.

O cálculo do indicador por mesorregião e por variável é feito da forma que se segue:

I – Relação positiva

$$I = \left[\frac{x - m}{M - m} \right] \quad (1)$$

II – Relação negativa

$$I = \left[\frac{M - x}{M - m} \right] \quad (2)$$

Onde,

I = Índice de cada uma das variáveis que constituirão o indicador analisado nas mesorregiões do estado da Bahia;

x = Valor observado da variável referente ao grupo de municípios analisados em cada uma das mesorregiões;

m = Menor valor observado no grupo de municípios que compõem uma mesorregião;

M = Maior valor constatado entre as mesorregiões do estado da Bahia, referente ao conjunto de municípios que a compõem.

Para o cálculo final do indicador, recorre-se às médias dos respectivos índices e às diferentes mesorregiões. Pela interpolação linear, é possível construir o Indicador de Qualidade do Gasto Público – IQGP nas mesorregiões da Bahia, levando-se em consideração a composição pelos municípios.

$$I_{QGP} = \left[\frac{1}{N_q} \sum_{i=1}^{n_q} I_i^q \right] \quad (3)$$

Onde,

I_{QGP} = Índice de qualidade do gasto público de uma variável qualquer selecionada em cada uma das mesorregiões;

N_q = Número de indicadores das variáveis a serem utilizadas na constituição dos respectivos índices de cada uma das mesorregiões;

I_i^q = Indicador de gasto público da cada uma das variáveis entre 0 e 1, sendo, respectivamente, o menor e o maior valor encontrado.

A partir das informações plotadas na construção do indicador, há ainda os resultados por mesorregião do estado da Bahia para cada uma das variáveis, sendo, portanto, possível observar o desempenho por mesorregião e por variável utilizada. Além da composição das dimensões por variável, tem-se a construção do indicador final referente à composição do índice final por variável observada no artigo.

4 INDICADORES DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO MUNICIPAL NAS MESORREGIÕES DA BAHIA

A partir da literatura que versa acerca dos gastos públicos municipais brasileiros e a LRF, rubricas como legislativo e administração (pessoal) são delimitadas ao índice de 60,0% da receita corrente líquida dessas unidades subnacionais, conforme mostra Silva (2009). Assim, há uma tendência dos gestores públicos no sentido de seus gastos com pessoal ao limite permitido, de acordo com

a referida lei, segundo Oliveira e Bruni (2011). Desse modo, o gasto pode ser considerado impróprio, a partir da sua elevada dimensão. Pressupõe-se, pois, o seguinte: quanto menos se gasta com tais rubricas, melhora a adequação da eficiência fiscal; ou com mais qualidade podem ser entendidos tais dispêndios.

Observa-se, então, que, entre mesorregiões do estado da Bahia há uma divergência acentuada, isto é, no gasto público com tal variável. O Extremo Oeste Baiano assume o maior valor, ficando o Centro Norte com o menor. Paralelamente a esses resultados, destacam-se o Sul Baiano (0,53) e a Metropolitana de Salvador (0,51), tendo apresentado os maiores indicadores de gasto com tal rubrica, no ano de 2010. Os menores valores são registrados no Nordeste Baiano (0,17) e no Vale do São Francisco (0,20).

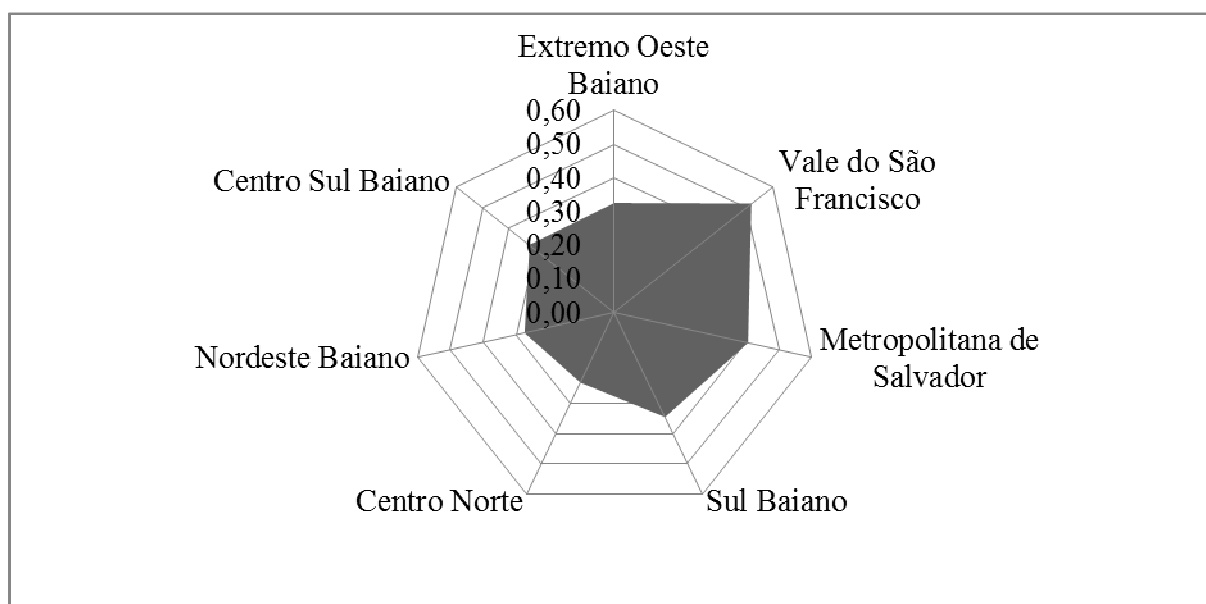
Já com orçamento e planejamento, os maiores valores passam a ser registrados no Norte Baiano (0,97) e no Centro Sul (1,00). Além disso, cabe mencionar a elevada disparidade do indicador para essa rubrica na dimensão analisada. Cifras elevadas são identificadas em algumas das mesorregiões, e baixos valores em outras. A variável administração geral também revela disparidade acentuada entre as regiões. Diferentemente delas, observa-se maior homogeneidade do indicador referente à administração financeira, que, pelos dados plotados na tabela 01, teve nível de homogeneidade considerável. As demais variáveis apresentam discrepância significativamente acentuada entre as mesorregiões; tal resultado coloca em cheque, a qualidade da administração pública e seu caráter gerencial.

Tabela 1 - índice de qualidade do gasto público nas mesorregiões da Bahia segundo as rubricas selecionadas – 2010

Variáveis	Extremo Oeste Baiano	Vale do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Centro Norte	Nordeste Baiano	Centro Sul Baiano
Legislativa	1,00	0,20	0,51	0,53	0,00	0,17	0,29
Planejamento e Orçamento	0,00	0,09	0,16	0,07	0,97	0,14	1,00
Adm. Geral	1,00	0,23	0,73	0,68	0,02	0,62	0,00
Adm. Fin.	0,07	1,00	0,00	0,14	0,12	0,01	0,06
Controle Interno	0,24	0,00	0,31	0,65	0,49	1,00	0,81
Adm. De Receitas	0,10	1,00	0,50	0,26	0,04	0,24	0,00
Comunicação Social	0,20	0,64	1,00	0,27	0,09	0,00	0,30
ODFLA.	0,00	1,00	0,04	0,15	0,12	0,00	0,12
IQGPLA	0,33	0,52	0,41	0,35	0,23	0,27	0,32

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Figura 1 - Índice de qualidade do gasto público com o legislativo e administração: comparativo entre as mesorregiões da Bahia – 2010.



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Na construção do índice, conforme pode ser observado na figura 01, as maiores despesas ocorrem nas mesorregiões do Vale do São Francisco (0,52), Metropolitana de Salvador (0,41) e Sul Baiano (0,35). Para o valor final do indicador que oscila entre 0 e 1, permanecem em posições 50,0% abaixo do valor de todas as mesorregiões do Estado, a exceção é o Vale do São Francisco. Cabe considerar, portanto, que o baixo valor do indicador pode ser resultado dos gastos reduzidos em rubricas que o compõem, o que não significa inferir que os gastos municipais (para estas variáveis) nas mesorregiões da Bahia são insuficientes e/ou inexpressivos.

De fato, pode ser observado na tabela 02, o gasto com policiamento implementado pelos municípios, em que apresenta disparidade entre eles. A Metropolitana de Salvador ostenta o menor valor (0,00), e o Extremo Oeste Baiano, o maior (1,00). Nessa rubrica, cabe destacar que: primeiro, quanto maior a aglomeração urbana, maior tendem a ser os gastos em valores absolutos, mas não necessariamente em termo *per capita*; segundo, apesar do apoio, inclusive Federal, nem todos os municípios dispõem de guarda municipal, incluindo a função ostensiva, fatos, os quais podem mascarar o processo. Vê-se, pois, que as regiões mais urbanizadas apresentam os maiores valores de dispêndios. Com defesa civil, o Extremo Oeste Baiano e o Vale do São Francisco assumem os menores valores, ficando a Metropolitana de Salvador e o Centro Sul Baiano com os maiores resultados. Vale acrescentar que, de acordo com Menezes (2006), dado o desenvolvimento econômico dos municípios mais populosos, há maiores gastos, o que justifica o desempenho das mesorregiões com resultados expressivos.

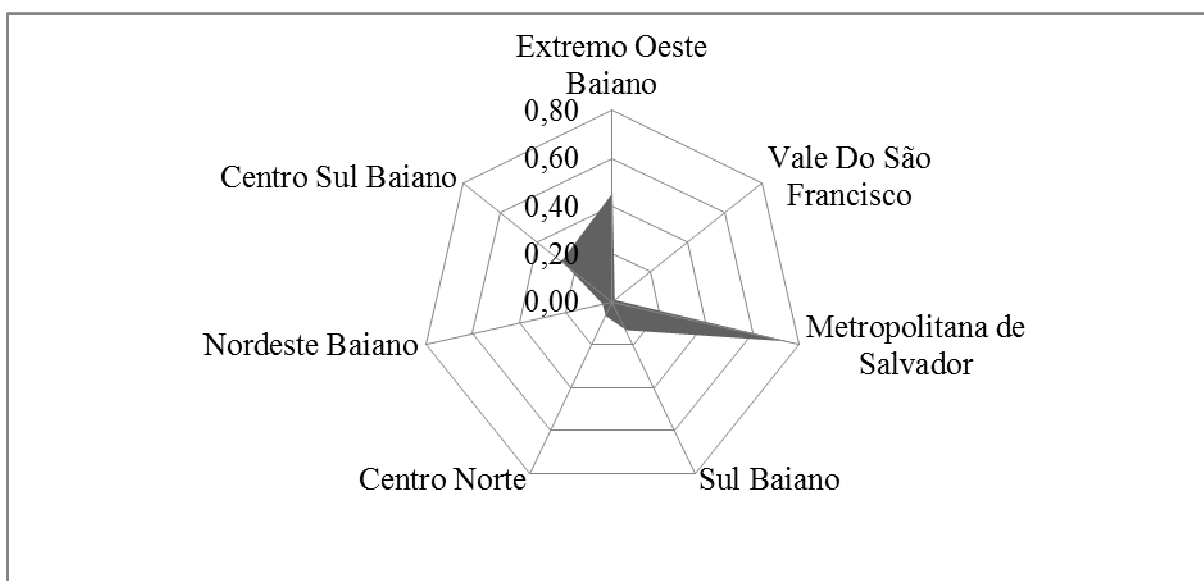
Tabela 2 - índice de qualidade do gasto público em segurança pública nas mesorregiões da Bahia – 2010

Variável Mesorregião	Extremo Oeste Baiano	Vale Do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baian o	Centr o Norte	Nordest e Baiano	Centro Sul Baiano
Policiamento	1,00	0,05	0,00	0,09	0,08	0,08	0,26
Defesa Civil	0,00	0,00	1,00	0,38	0,14	0,05	0,59
Outras despesas na Função Pública	0,00	0,00	1,00	0,00	0,01	0,01	0,02
IQGPSP	0,25	0,01	0,50	0,12	0,06	0,03	0,22

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

No que se refere ao aglomerado de outras despesas, na função segurança pública, segundo pode ser observado, a Metropolitana de Salvador tem o maior dispêndio, conforme consta do índice da rubrica, podendo-se destacar, ainda, os baixos valores observados nas demais mesorregiões, o que evidencia o processo de centralização da função de policiamento na organização estadual, naturalmente explicada pela alocação em áreas prioritárias, como, por exemplo, a da defesa civil.

Figura 2 - Índice de qualidade do gasto público com segurança pública: comparativo entre as mesorregiões da Bahia – 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

O resultado para tal dimensão é que a Metropolitana de Salvador, assim como o Extremo Oeste e o Sul Baiano, se destacam com gastos nessa rubrica em detrimento das demais mesorregiões. Conforme pode ser observado na figura 02, o maior índice foi registrado na Metropolitana de Salvador (0,50) e o menor no Vale do São Francisco (0,01). O resultado disso encontra respaldo no fato de mesorregiões mais urbanizadas apresentarem maiores tendências aos gastos com tal rubrica.

Nos dispêndios com assistência social, pode-se observar na tabela 03 a incidência de divergências acentuadas no índice de cada dimensão do indicador. No que se refere à assistência ao idoso, o Centro Sul do estado (1,00) assume o maior dispêndio seguido pelo Centro Norte (0,85). Já em relação à assistência à deficiência, o Centro Norte (1,00) seguido pelo Sul Baiano (0,53). Com isso, os menores resultados são experimentados pelas mesorregiões do Centro Sul (0,00) e do Vale do São Francisco (0,15).

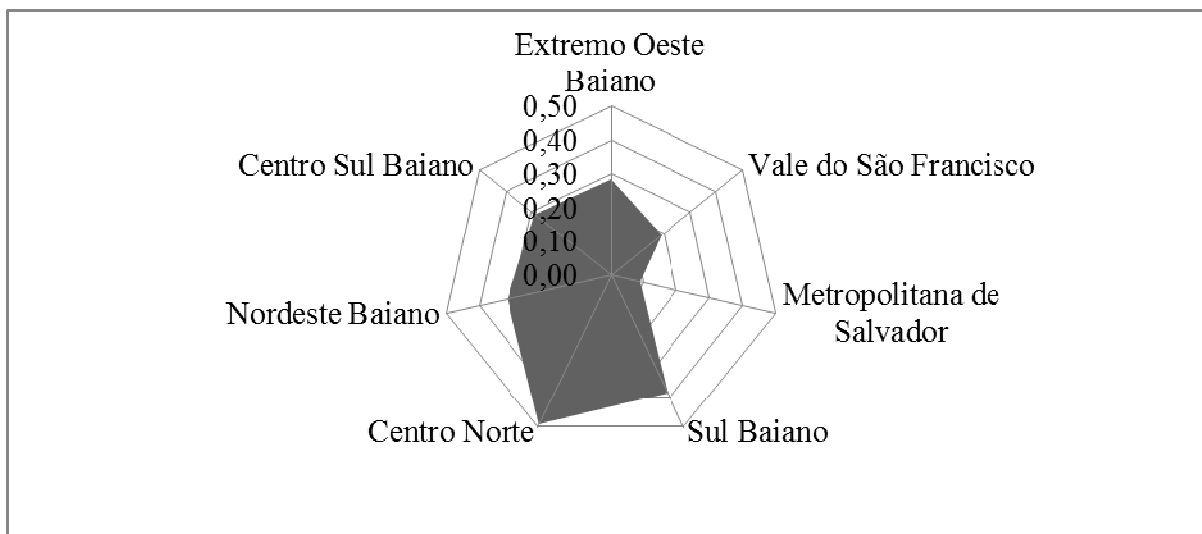
No que se refere à assistência à criança, percebe-se, conforme os índices, que há uma elevada disparidade entre as mesorregiões. O Nordeste Baiano assume o maior valor (1,00) seguido do Centro Norte (0,92) e do Sul Baiano (0,73). As demais mesorregiões apresentam valores significativamente inferiores à unidade, cabendo o menor índice ao Vale do São Francisco (0,00). No que tange ao gasto com assistência comunitária, pode-se observar disparidade acentuada do índice entre as mesorregiões, com destaque para Extremo Oeste (1,00), Metropolitana de Salvador (0,60) e Sul Baiano (0,60).

Tabela 3 - índice de qualidade do gasto público em assistência social nas mesorregiões da Bahia – 2010

Variável/ Mesorregião	Extremo Oeste Baiano	Vale do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Centro Norte	Nordeste Baiano	Centro Sul Baiano
Assistência ao Idoso	0,08	0,00	0,02	0,20	0,85	0,31	1,00
Assistência ao Deficiente	0,30	0,15	0,17	0,53	1,00	0,17	0,00
Assistência à criança	0,31	0,00	0,17	0,73	0,92	1,00	0,15
Assistência Comunitária	1,00	0,00	0,06	0,60	0,08	0,41	0,08
ODFAS	0,02	1,00	0,10	0,26	0,10	0,00	0,51
IQGPAS	0,29	0,19	0,09	0,39	0,49	0,31	0,29

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Figura 3 - Índice de qualidade do gasto público com assistência social: comparativo entre as mesorregiões da Bahia – 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

O indicador final construído a partir de cada uma das dimensões analisadas pode ser visto na figura 03. Conforme visualizado, cabe ao Centro Norte o maior índice de qualidade do gasto público com assistência social (0,49), porém muito baixo, já que o seu valor não é, sequer, igual a 50,0% do valor possível da dimensão. Além disso, convém enfatizar os valores significativamente reduzidos das mesorregiões Vale do São Francisco (0,19) e Metropolitana de Salvador (0,09).

Em relação ao gasto público com saúde, os dados da tabela 04 mostram que há relativa convergência entre as mesorregiões, sobretudo no que se refere à assistência básica. Provavelmente, faz-se a interligação: financiamento e acompanhamento de ações, por parte do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, em seus diversos programas descentralizados, como o Programa Saúde na Família (PSF) e tantos outros caracterizados como assistência básica. Nessa rubrica, somente o Vale do São Francisco e a Metropolitana de Salvador registram participação do índice inferior a 50,0% do valor. A maior cifra é assinalada pelo Extremo Oeste Baiano (1,00), seguido pelo Centro Sul (0,89). Cabe destacar que as demais mesorregiões revelam índices superiores a 0,50 (ver tabela 04).

Quanto à assistência hospitalar, apenas o Extremo Oeste e a Metropolitana de Salvador apresentam índices consideráveis: a primeira assumiu o maior valor e a última registra 0,83. As demais mesorregiões apontam valor inferior à metade da cifra do índice. Além disso, no suporte profilático nenhuma das mesorregiões

explicita valores do índice superior à metade, exceção apenas daquela que assume o maior valor, fenômeno não singular à infraestrutura municipal na rede de saúde e à concentração de profissionais em regiões de maior complexidade nos serviços.

A partir da vigilância sanitária, o destaque cabe ao Vale do São Francisco (1,00), seguido das mesorregiões do Sul Baiano (0,94) e Nordeste Baiano (0,75). Além disso, saliente-se o menor índice registrado no Centro Sul do estado (0,00). Em relação às variáveis que compõem gastos com saúde, o realce é imputado à mesorregião do Vale do São Francisco. Vigilância sanitária, epidemiologia, alimentação, nutrição e outras despesas na função saúde mostram o melhor índice nessa mesorregião, com valores destoantes para as demais.

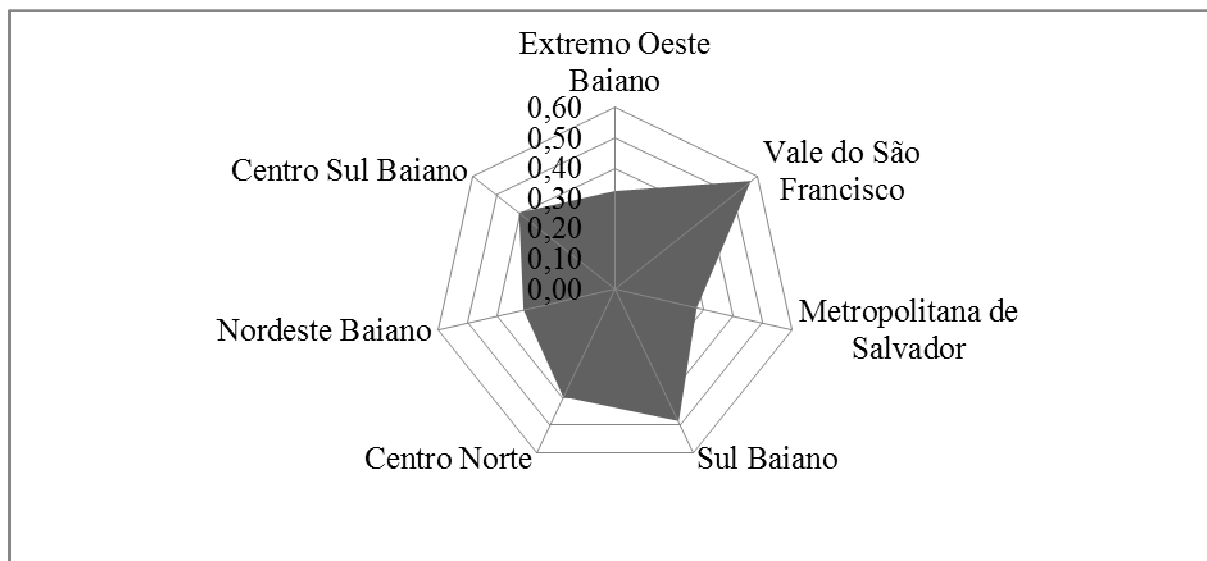
Uma observação relevante, sem dúvida, perpassa pela característica conceitual presente na diferenciação regional apontada por Figueiredo e outros (2012), pois os autores identificam na literatura econômica, traços capazes de explicitar maiores distinções entre áreas, não sendo exceção no estado baiano, o qual é a principal economia do Nordeste brasileiro e, portanto, reflete contornos próprios de um espaço dinamicamente assimétrico.

Tabela 4 - Índice de qualidade do gasto público com saúde nas mesorregiões da Bahia – 2010

Variável/ Mesorregião	Extremo Oeste Baiano	Vale do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Centro Norte	Nordeste Baiano	Centro Sul Baiano
Atenção Básica	1,00	0,37	0,00	0,58	0,46	0,55	0,89
Assistência							
Hospitalar	1,00	0,05	0,83	0,33	0,42	0,18	0,00
Suporte Profilático	0,08	0,17	0,39	0,26	0,00	0,12	1,00
Vigilância							
Sanitária	0,02	1,00	0,09	0,94	0,48	0,75	0,00
Vigilância							
Epidemiológica	0,42	1,00	0,00	0,36	0,87	0,53	0,06
Alimentação e							
Nutrição	0,08	1,00	0,00	0,92	0,36	0,19	0,57
Outras Despesas							
na Função Saúde	0,00	1,00	0,91	0,48	0,58	0,16	0,73
IQGPS	0,32	0,57	0,28	0,48	0,40	0,31	0,41

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Figura 4 - Índice de qualidade do gasto público com saúde: comparativo entre as mesorregiões da Bahia – 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Conforme pode ser observado na figura 04, o maior índice de qualidade do gasto público na função saúde cabe à mesorregião do Vale do São Francisco (0,57), seguido do Sul do estado (0,48). Deve-se, porém, enfatizar que com exceção do vale do São Francisco, as demais mesorregiões apresentam baixo indicador de qualidade inferior à metade, sendo o menor resultado constatado na Metropolitana de Salvador (0,28).

Na construção do indicador de qualidade de gasto público municipal com educação, os dados da tabela 05 indicam haver oscilação entre as mesorregiões em geral. Com ensino fundamental, o índice assume valor relativamente significativo em todas as mesorregiões. O Extremo Oeste admite a maior posição (1,00) e a Metropolitana de Salvador a menor (0,00). Somente o Centro Norte registra índice inferior ao patamar de 50% do valor assumido pelo índice, as demais mesorregiões apresentam valor superior ao supracitado.

Em relação ao ensino médio, os dados mostram discrepância acentuadamente elevada entre os valores observados por mesorregião. O fato de esse nível de ensino ser contemplado, no mais das vezes pela esfera estadual, reduz acentuadamente o indicador em algumas das mesorregiões. O maior valor do índice é assinalado no Centro Sul do estado (1,00) e o menor valor no Sul Baiano (0,00). Quanto ao ensino profissionalizante, a participação do gasto público é acentuadamente baixa, denunciado pelo índice em tela. Em todas as mesorregiões,

com exceção daquela que assume o maior valor (Nordeste Baiano), o índice se configura inferior à cifra de maior representatividade constatada.

Tabela 5 - Índice de qualidade do gasto público com educação nas mesorregiões da Bahia – 2010

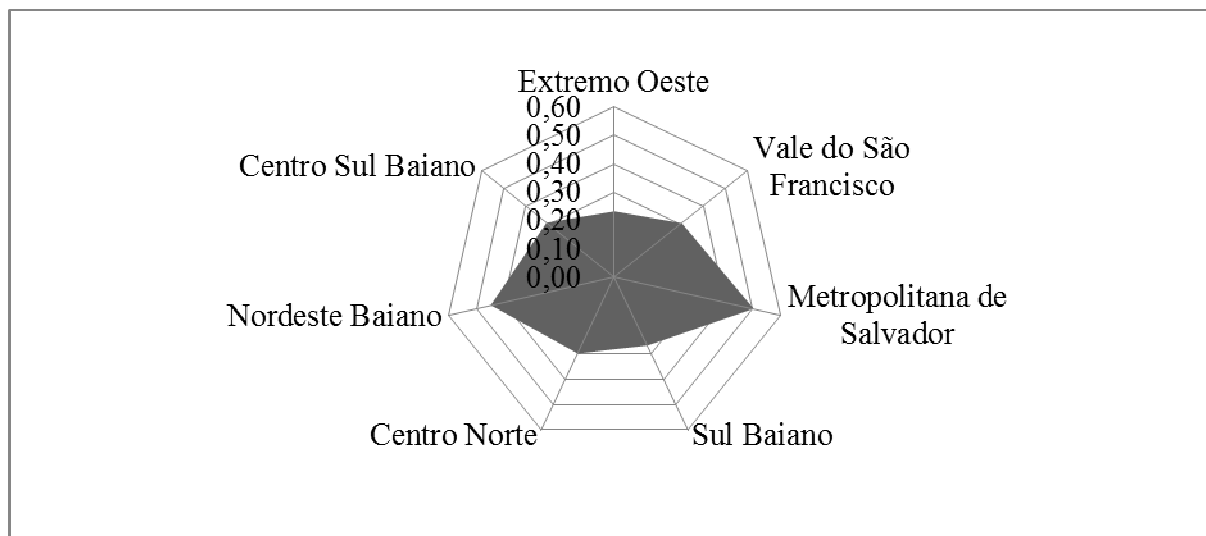
Variável/Mesorregião	Extremo Oeste	Vale do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Centro Norte	Nordeste Baiano	Centro Sul Baiano
Ensino Fundamental	1,00	0,54	0,00	0,64	0,43	0,80	0,54
Ensino Médio	0,43	0,72	0,49	0,00	0,13	0,25	1,00
Ensino Profissional	0,29	0,14	0,00	0,29	0,11	1,00	0,20
Ensino Superior	0,37	0,06	1,00	0,14	0,11	0,00	0,15
Educação Infantil	0,00	0,18	1,00	0,59	0,95	0,57	0,15
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,06	1,00	0,07	0,31	0,29	0,11
Educação Especial	0,00	0,02	0,32	0,07	0,23	1,00	0,07
Outras Despesas na Função Educação	0,00	1,00	0,72	0,61	0,43	0,13	0,54
IQGPE	0,23	0,30	0,50	0,27	0,30	0,45	0,31

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

No ensino superior há baixo valor do índice em todas as mesorregiões, em face de disposição das ações federais e estaduais nesta função. O fato de tal nível de educação formal ser, no mais das vezes, responsabilidade do estado e da União, reduzindo valor do índice assim como baixo dispêndio da esfera municipal com tal rubrica nas mesorregiões em geral, seguindo uma tendência já observada no Ceará por Silva Filho (2012), por exemplo.

Os índices da educação infantil mostram-se significativos nas mesorregiões do Centro Norte (0,95), Sul (0,59) e Nordeste Baiano (0,57). Além disso, a Metropolitana de Salvador assume o maior índice (1,00) e o Extremo Oeste Baiano o menor. Destaca-se que essa mesorregião admite o menor índice em quatro das oito variáveis que compõem o indicador. Na variável gastos com educação de jovens e adultos, o índice foi significativamente baixo em todas as mesorregiões, resultado semelhante ao registrado com a educação especial (ver tabela 05).

Figura 5 - Índice de qualidade do gasto público com educação: comparativo entre as mesorregiões da Bahia – 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

A partir da composição do indicador, os dados da figura 05 mostram que a Metropolitana de Salvador assume a melhor posição no *ranking*. Porém, o valor do índice atinge apenas a metade. Nas demais mesorregiões, a cifra é ainda bem inferior, sendo o menor resultado constatado no Extremo Oeste do estado (0,23). Diante disso, vê-se que, mesmo sendo uma variável de fundamental importância para o dispêndio público municipal, ela é ainda pouco detentora de respaldo nas despesas públicas municipais nas mesorregiões da Bahia. Segundo Giuberti (2005), a diferença entre os municípios bem como o tamanho da população exercem influência na atividade econômica e conseqüentemente na quantidade de serviços a serem ofertados, como os gastos com educação e outras variáveis. Nesse sentido, pode-se justificar o desempenho da mesorregião metropolitana de Salvador com essa variável.

Os gastos públicos com urbanismo conferem capítulo singular a essa análise. Provavelmente, face ao espectro histórico e financeiro dos municípios nordestinos, não são eles, em sua fase de formação e desenvolvimento estruturados em políticas proativas contínuas, capazes de qualificar e quantificar o crescimento urbano, em suas necessidades eminentes.

Tal afirmativa se qualifica quando se observa o *ranking*, exposto pela Tabela 06, onde todas as variáveis apontam para a mesorregião Metropolitana de Salvador, exposta pela lógica de que a proporcionalidade da infraestrutura e serviços urbanos

está diretamente correlacionada da forma, a saber: áreas densamente povoadas e com maior dinâmica econômica. No entanto, evidencia-se no Extremo Oeste (1,00) relativa eficiência, hipoteticamente, face às novas fronteiras agrícolas; e em contraposição no Centro-Norte baiano (0,00). De modo coerente, a região metropolitana de Salvador (0,97), o Vale do São Francisco (0,71) e Sul Baiano (0,69) guardam conformidade respectivamente com o adensamento das atividades econômicas e administrativas governamentais.

Tabela 6 - Índice de qualidade do gasto público com urbanismo nas mesorregiões da Bahia – 2010

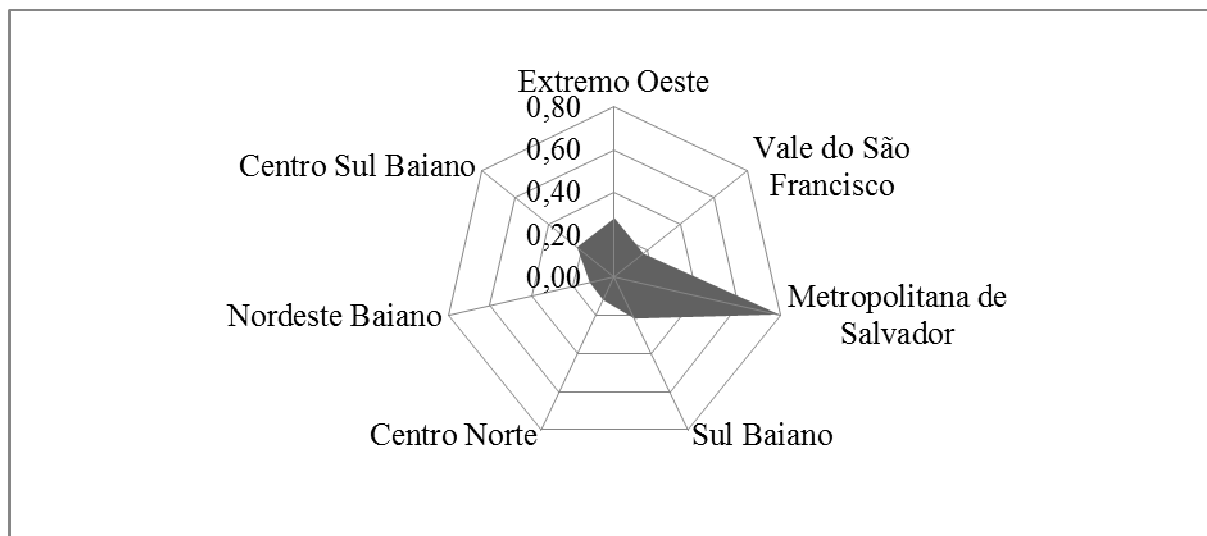
Variável/Mesorregião	Extremo Oeste	Vale do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Centro Norte	Nordeste Baiano	Centro Sul Baiano
Infraestrutura urbana	1,00	0,71	0,97	0,69	0,00	0,23	0,55
Serviços Urbanos	0,33	0,06	1,00	0,05	0,06	0,21	0,00
Transportes Coletivos urbanos	0,05	0,00	1,00	0,00	0,27	0,02	0,07
Outras Despesas na Função de Urbanismo	0,00	0,10	1,00	0,35	0,27	0,14	0,50
IQGPU	0,28	0,18	0,79	0,22	0,12	0,12	0,22

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

No que tange às demais variáveis de gastos urbanísticos, verifica-se que elas (serviços urbanos, transportes coletivos e outras despesas na função urbanismo) devem expressar similaridade na qualidade dos gastos, visto que dispêndios em infraestrutura urbana representam peso maior nessa modalidade de despesa. No entanto, o resultado, para o ano de 2010, apresenta apenas, relativa confluência entre os gastos com infraestrutura urbana e serviços coletivos.

A mesorregião Metropolitana de Salvador (1,00) explicita o maior valor e a região Centro-Sul (0,0) o menor; a baixa qualificação nos gastos com transporte urbano, provavelmente, referente à resposta social ao processo de acessibilidade e preferência por transportes privados versus adensamento populacional. Os gastos com tal rubrica revelam: Metropolitana de Salvador (1,00), seguido pela mesorregião do Nordeste Baiano (0,27) e o Sul Baiano com o pior índice (0,0).

Figura 6 - Índice de qualidade do gasto público com urbanismo: comparativo entre as mesorregiões da Bahia – 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Esses resultados impactam o IQGPU. Sem alterar a lógica de qualificação expressa na Figura 06, substantiva a qualificação dos gastos urbanísticos na Metropolitana de Salvador, seguido pelo Extremo Oeste (0,28) e piores níveis com o Centro Norte e Nordeste Baiano, ambos com (0,12).

Historicamente, no Brasil, há elevados investimentos (qualificáveis) em saneamento. Fato persistente e acentuado face aos valores necessários aos investimentos, demandas locais, Orçamento x LRF, fontes de financiamentos, continuidade dos programas ao nível local, etc.; tanto para saneamento urbano, quanto para o rural.

Os resultados apresentam alterações limitadas por este processo, vide tabela 07, a baixo. Corroborando tal afirmação, na variável Saneamento Básico Rural, somente o Nordeste Baiano (1,00) mostra resultado expressivo, as demais mesorregiões alcançam (0,01) em média.

Tabela 7 índice de qualidade do gasto público com saneamento nas mesorregiões da Bahia – 2010

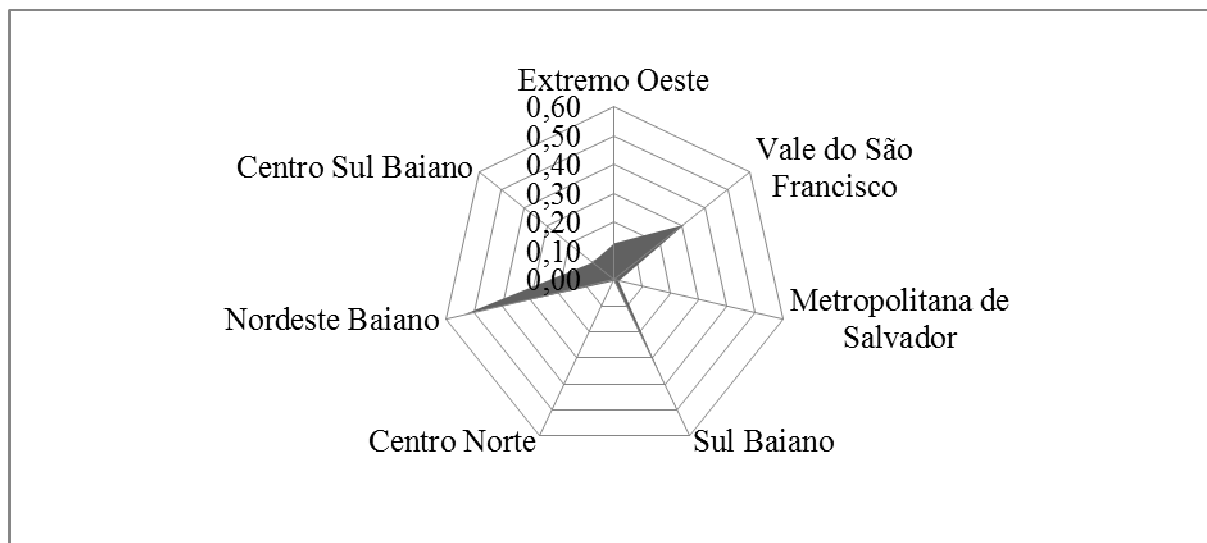
Variáveis / Mesorregião	Extremo Oeste	Vale do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Centro Norte	Nordeste Baiano	Centro Sul Baiano
Saneamento Básico							
Rural	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	1,00	0,01
Saneamento Básico							
Urbano	0,41	1,00	0,03	0,50	0,00	0,24	0,23
Outras despesas na Função de							
Saneamento	0,11	0,22	0,02	1,00	0,00	0,90	0,16
IQGPS	0,13	0,31	0,01	0,38	0,00	0,53	0,10

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Em contraposição, os gastos com saneamento urbano básico, referendam o quadro de expansão e qualificação dos serviços urbanísticos, liderados pelo crescimento turístico e econômico, respectivamente na região do Sul Baiano (0,50) e Vale do São Francisco (0,41); as mesorregiões do Extremo Oeste, Nordeste Baiano Centro Sul do estado com (0,23) identificam resultados medianos. Os valores pertinentes à Metropolitana de Salvador (0,03) e Centro Norte (0,00), provavelmente, é referente a proximidade de saneamento em áreas prioritárias.

A resposta *out line* ao processo, referente a outras despesas com a função de saneamento para as mesorregiões do Sul Baiano e Nordeste Baiano, resultado que altera o IQGPS, qualificando a mesorregião Nordeste Baiano (0,53) com um novo espectro de qualidade nos dispêndios em saneamento, provavelmente, ligado a gastos no fornecimento de infraestrutura para água e/ou esgotamento sanitário individual; seguida pela Metropolitana de Salvador (0,38) e Vale do São Francisco (0,31), possivelmente, em face ao adensamento populacional.

Figura 7 - Índice de qualidade do gasto público com saneamento: comparativo entre as mesorregiões da Bahia – 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Afinal, os Gastos com Desporto e Lazer, Tabela 08, apoiam-se normalmente em três fatores: adensamento populacional, investimento em educação e, mais recentemente, estímulos às práticas desportivas. Neste sentido, verifica-se relativa distribuição na qualidade dos gastos, provavelmente, em face de aspectos de apoio e desenvolvimento local. Tal assertiva, consubstancia-se nos dispêndios nas variáveis: Desporto e Rendimento, Comunitário e Lazer, necessariamente correlacionados com práticas esportivas específicas, educação/comunidade local e infraestrutura urbana, respectivamente.

Tabela 8 - Índice de qualidade do gasto público com desporto e lazer nas mesorregiões da Bahia – 2010

Variável/Mesorregião	Extremo Oeste Baiano	Vale do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Centro Norte	Nordeste Baiano	Centro Sul Baiano
Desporto e Rendimento	0,00	0,00	0,68	0,81	0,22	0,08	0,00
Desporto Comunitário	1,00	0,00	0,35	0,85	0,34	0,64	0,58
Lazer	1,32	0,01	0,00	0,06	1,00	0,26	0,17
Outras despesas na função desporto e lazer	0,00	0,22	0,92	0,63	0,97	0,67	1,00
IQGPD	0,46	0,05	0,39	0,47	0,51	0,33	0,35

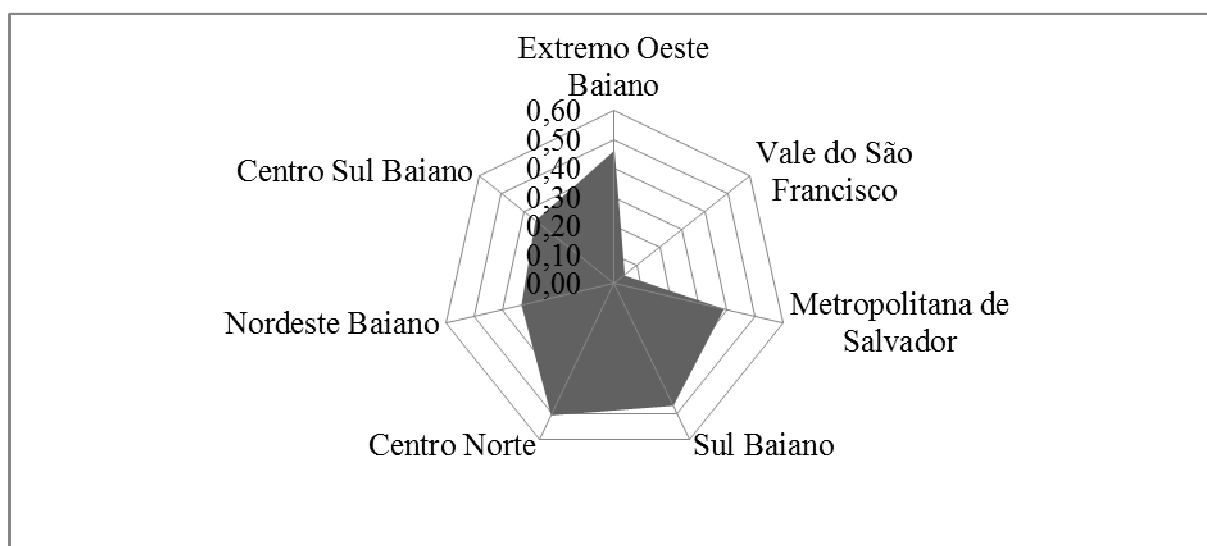
Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Os gastos com Desportos e Rendimento no Sul Baiano (0,81), seguido da Metropolitana de Salvador (0,68), regiões com maior infraestrutura desportiva. Em contraposição, as demais mesorregiões apresentam qualificação abaixo do (0,08).

Com características similares, os gastos com Desportos Comunitários apresentam vantagem superior: com o Extremo Oeste Baiano (1,00) com melhor resultado e o Vale do São Francisco (0,00).

Resultados expressivos, a rigor, demonstram-se na variável de gasto com Lazer onde grandes discrepâncias surgem: Oeste Baiano com 1,32, Centro Norte (1,00) e Metropolitana de Salvador com 0,00. Provavelmente, a falta de infraestrutura urbanista tenha puchado valores maiores para tais regiões.

Figura 8 - Índice de qualidade do gasto público com desporto e lazer: comparativo entre as mesorregiões da Bahia – 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Os dispêndios complementares com Desporto e Lazer e sua distribuição de eficiência para 2010, vide Figura 08, conferem o enquadramento das ações básicas ao processo de continuidade dos gastos com tal rubrica; entretanto, deve-se destacar que tais resultados homogêneos permitem a aproximação desta atividade com algumas áreas de atuação e financiamento do Governo Federal, principalmente, em face da emergência das grandes competições esportivas de proporções internacionais anos mais tarde, em exceção para o Vale do São Francisco (0,05) para o IQGPDL.

A partir dos resultados plotados nas tabelas acima, é possível constatar na tabela 09 os valores dos indicadores de cada uma das dimensões de análise para cada uma das mesorregiões do estado da Bahia. Nesse aspecto, tem-se que a Metropolitana de Salvador assume o maior valor em três das oito dimensões observadas, obtendo, desta feita, o melhor desempenho no IQGP total.

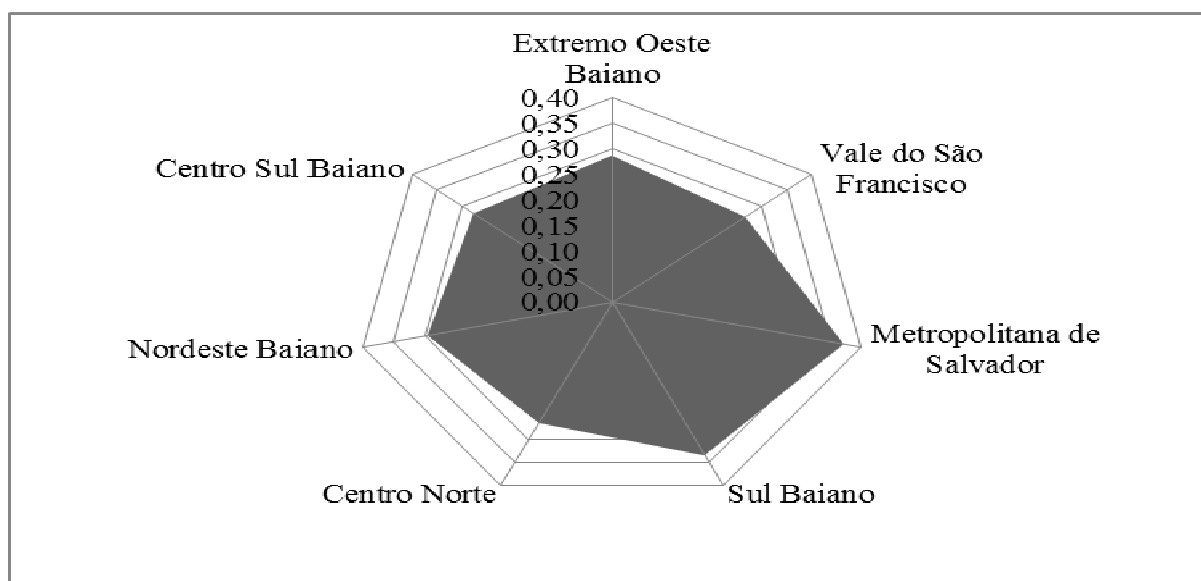
Tabela 9 - Índice de Qualidade do Gasto Público municipal por mesorregião do estado da Bahia – 2010

Índices por rubrica	Extremo Oeste Baiano	Vale do São Francisco	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Centro Norte	Nordeste Baiano	Centro Sul Baiano
IQGP-Legislativo e Administração	0,33	0,52	0,41	0,35	0,23	0,27	0,32
IQGP-Segurança Pública	0,25	0,01	0,50	0,12	0,06	0,03	0,22
IQGP-Assistência Social	0,29	0,19	0,09	0,39	0,49	0,31	0,29
IQGP-Saúde	0,32	0,57	0,28	0,48	0,40	0,31	0,41
IQGP-Educação	0,23	0,30	0,50	0,27	0,30	0,45	0,31
IQGP-Urbanismo	0,28	0,18	0,79	0,22	0,12	0,12	0,22
IQGP-Saneamento	0,13	0,31	0,01	0,38	0,00	0,53	0,10
IQGP-Desporto e Lazer	0,46	0,05	0,39	0,47	0,51	0,33	0,35
IQGP-Total	0,29	0,27	0,37	0,33	0,26	0,30	0,28

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

As mesorregiões Centro Norte e Vale do São Francisco são detentoras, cada uma delas, de maior resultado em duas das oito dimensões observadas. Com isso, já o Nordeste Baiano apresenta o melhor desempenho em apenas uma das dimensões estudadas.

Figura 9 - Índice de qualidade do gasto público municipal nas mesorregiões do estado da Bahia – 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da STN (2013)

Conforme pode ser observado na figura 09, a região Metropolitana de Salvador assegura o melhor índice de qualidade do gasto público. Porém, é oportuno enfatizar que o valor dele foi de apenas 0,37, o que se pode considerar muito baixo. Além disso, cabe ao Centro Norte o pior desempenho entre todas as mesorregiões do estado, registrando-se índice de 0,26. Considerando-se o valor do índice entre 0 e 1, são baixos os valores assinalados nas mesorregiões do estado da Bahia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, pretendeu-se analisar a qualidade dos gastos públicos municipais para o ano de 2010, nas mesorregiões do estado da Bahia. Identificaram-se alguns importantes resultados com relevância considerável às finanças públicas estaduais. Ressaltou-se o esforço metodológico constante na pesquisa, pouco explorada na literatura, sobretudo na perspectiva aqui assumida.

Conforme aspectos antes analisados, o estado baiano, por ser bastante amplo espacialmente, exibiu em suas mesorregiões diferenças contundentes na disposição da aplicação dos gastos dos municípios, revelando distintos índices espalhados nas várias áreas examinadas, quer dizer, não houve, no conjunto de

fatores possíveis de explicação comportamental, uma tendência do IQGP em uma direção bem definida.

Assim, do ponto de vista do indicador, a área Metropolitana de Salvador aparentou demonstrar melhores gastos, porém muito baixos em âmbito geral. De fato, elementos como heranças históricas, contingentes populacionais, estruturas institucionais, gestão pública dos recursos a eles pertencentes, provavelmente, foram responsáveis pelo desempenho assumido por essa área observada. Porém, coube destacar que o valor foi significativamente baixo.

Afinal de contas, os principais resultados alcançados na pesquisa apontaram para uma divergência na qualidade dos gastos públicos municipais baianos, em 2010, de modo que a LRF, por si só, não foi capaz de resolver esta inconsistência, ainda que reconhecidamente tenha melhorado as finanças públicas municipais no Brasil, conforme atesta a literatura, permitindo que se possa concluir que os gastos foram mais qualificados. Houve a constatação de que um longo caminho a ser seguido no fortalecimento desse propósito se admitiu na pesquisa.

Em suma, algumas recomendações para futuras investigações desta monta decorreram da necessidade de se explorar uma região, ou mesmo uma comparação entre estados brasileiros; outra possibilidade procedeu da consideração de uma série temporal, ou seja, um confronto entre anos que permitissem haver referências entre períodos; afinal, os contornos presentes no artigo trouxeram evidências inquietantes aos futuros estudos desta perspectiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. V. de. **Análise Comparativa do Gasto Social Brasileiro por Índices de Retornos Tributários**. Brasília: ESAF, 2006. 54p. Monografia premiada em 1º lugar no XI Prêmio Tesouro Nacional – 2006, Qualidade do Gasto Público, Taguatinga (DF), Brasília. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIpremio/qualidade/1qualidadeXIPTN/resumo.htm>. Acesso em: 15 jul 2012.

FIGUEIREDO, J. S. **Qualidade do Gasto Público nas Escolas Urbanas da Rede Pública Municipal de Ceará-Mirim (2005 e 2007): Uma Análise A Partir da Teoria da Escolha Pública**. 2009. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

FIGUEIREDO, J. S. et al. Concentração e Polarização Industrial: uma análise da agroindústria canavieira no Brasil. **Revista Geonordeste**, ano 23, n. 2, 2012.

GIUBERTI, A. C.. **Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os gastos dos municípios brasileiros**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005

HERMANN, J. **Ascensão e Queda da Política Fiscal: De Keynes no “Autismo Fiscal” dos Anos 1990-2000**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2006.

LOPREATO, F. L. C. **A Política Fiscal Brasileira: Limites e Entraves ao Crescimento. Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 131, ago. 2007.

MENEZES, R. T. de. **Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre as categorias e funções** de despesas dos municípios brasileiros (1998-2004). Dissertação Mestrado em Economia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, N. R.; BRUNI, A. L. {1210 e 1307} O comportamento dos gastos públicos na era da responsabilidade fiscal: um estudo à luz da Teoria Institucional. **Panorama das Contas Públicas**, v. 3, p. 117-131, 2012.

SANTOLIN, R; JAIME JR, F. G; REIS, J. C. dos.. Lei de Responsabilidade Fiscal e Implicações na Despesa de Pessoal e de Investimento nos Municípios Mineiros: Um Estudo com Dados em Painel Dinâmico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v, 39, n. 4, p. 895-923, out./dez. 2009.

SEPÚLVEDA, S.. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SEPÚLVEDA, S.. **Metodología para Estimar el Nivel de Desarrollo Sostenible de Territorios**. San José, Costa Rica: 2008.

SILVA, I. F. B. R; SOUSA, M. da C. S de. **Determinante do Endividamento dos Estados Brasileiros: Uma Análise de Dados de Painel**. Brasília: Texto para Discussão Número 2259, 2002.

SILVA, W. G; FIGUEIREDO, J. de S.; FERREIRA, F. D. da S; SILVA FILHO, L. A. Despesas Municipais no Sul do Brasil: Uma Abordagem Via Painel de Dados. **Revista Economia e Tecnologia/UFPR**, v. 8, n. 3, 2012.

SILVA, W. G. **Finanças públicas na nova ordem constitucional brasileira: uma análise comportamental dos municípios potiguares nos anos antecedentes e posteriores a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

VALE, F.; MARIANO, J. L. Desenvolvimento Rural Sustentável em Territórios do Rio Grande do Norte: uma análise multidimensional. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – ENABER. 7., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.